

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019  
**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1760900 - SP (2018/0211259-6)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE : MYRIAN APARECIDA MARTINHO TEODORO**  
**ADVOGADOS : THIAGO SANSÃO TOBIAS PERASSI - SP238335**  
**MANOEL FRANCISCO DA SILVEIRA - SP255197**  
**AGRAVADO : AUSTACLINICAS ASSISTENCIA MEDICA E**  
**HOSPITALAR LTDA**  
**ADVOGADOS : CLEBER DOTOLI VACCARI - SP131508**  
**CIBELE NAOUM MATTOS - SP317498**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. OPERADORA DE SAÚDE. PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. NEGATIVA DE COBERTURA. CONDUTA ILÍCITA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tampouco em fundamentação deficiente, se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. Na hipótese, o tribunal de origem afastou o pleito de indenização por danos morais, por entender não haver nos autos comprovação de conduta ilícita da operadora de saúde, não havendo como rever tal entendimento, haja vista o óbice da Súmula nº 7/STJ.
4. Agravo interno não provido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator